

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.142 - SP (2019/0307797-3)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : T F  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CAROLINA DE LEON - DEFENSOR PÚBLICO  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE FURTO. PENA INFERIOR A 1 (UM) ANO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DECLARADA, DE OFÍCIO. RECURSO ESPECIAL PREJUDICADO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por T. F., com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n.º 0090032-81.2012.8.26.0050).

Consta nos autos que a Recorrente foi absolvida de acusação referente ao delito do art. 155, *caput*, c.c. o art. 14, inciso II, do Código Penal, em razão do princípio da insignificância, nos termos do art. 386, inciso III, do Código de Processo Penal (fl. 126).

Irresignado, o Ministério Público recorreu ao Tribunal de origem, que deu provimento à apelação acusatória para afastar a aplicação do princípio da insignificância e condenar a Acusada pelo crime de furto tentado às penas de 7 (sete) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 5 (cinco) dias-multa (fls. 162-171).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 195-199).

Nas razões do recurso especial, sustenta-se, inicialmente, ofensa ao art. 386, inciso III, do Código de Processo Penal, pois "*deve o recorrente ser absolvido, já que o fato é manifestamente atípico, dada sua insignificância diante do Direito Penal*" (fl. 213).

Alega-se, ainda, ofensa ao art. 65, inciso III, alínea *c*, do Código Penal, aduzindo-se que "*a agravante da reincidência e a atenuante da confissão espontânea são igualmente preponderantes, pelo que devem ser compensadas*" (fl. 222).

Contrarrazões às fls. 241-273.

# *Superior Tribunal de Justiça*

O Ministério Público Federal, em parecer do Procurador Regional Osório Barbosa, opinou pelo parcial provimento do recurso especial (fls. 313-316).

É o relatório. Decido.

A análise do recurso especial encontra-se prejudicada pela superveniente extinção da punibilidade decorrente da prescrição da pretensão punitiva.

No caso, a pena aplicada à Recorrente é inferior a 1 (um) ano de reclusão, motivo pelo qual incide o prazo prescricional de 3 (três) anos, nos termos do art. 109, inciso VI, do Código Penal. Desse modo, entre o último marco interruptivo da prescrição – acórdão condenatório em **22/03/2016** (fl. 162) – e a presente data, houve a consumação do lapso prescricional, de modo que a pretensão punitiva estatal encontra-se extinta.

Ressalte-se, por oportuno, que a prescrição já havia se consumado em período anterior à entrada dos autos neste Gabinete (22/10/2019 – fl. 317).

Ante o exposto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do Recorrente devido à prescrição da pretensão punitiva, nos termos do art. 107, inciso IV, c.c. o art. 109, inciso VI, do Código Penal. Por consequência, JULGO PREJUDICADO o recurso especial.

Comunique-se ao Juízo de origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora